

ENTREVISTA DA SEMANA

ROSA NEIDE – EX-DEPUTADA FEDERAL

PARALISAÇÕES E MUDANÇAS EM OBRAS DE TRANSPORTE REFLETEM ERROS DE GESTÃO, DIZ ROSA NEIDE



PÁGINA 03

ARTIGO

Direito Previdenciário e Trabalhista nos dias atuais

MAIS NA PÁGINA 2



SERVIÇOS BÁSICOS

Sem água, com buracos e falta de remédios: população enfrenta dificuldades em VG

População cobra soluções urgentes diante de problemas que afetam o dia a dia em diferentes regiões da cidade



A população de Várzea Grande enfrenta uma série de problemas estruturais que têm impactado diretamente a qualidade de vida dos moradores. Falta de água, falhas no sistema de esgoto, ruas deterioradas e dificuldades no acesso à saúde pública compõem um cenário que vem gerando insatisfa-

ção crescente e levantando questionamentos sobre a gestão da prefeita Flávia Moretti. Em diferentes regiões da cidade, a escassez no abastecimento de água tem sido uma das principais queixas da população. Moradores relatam que passam dias sem fornecimento regular, o que compromete ativida-

des básicas como cozinhar, tomar banho e realizar a limpeza doméstica. Em uma cidade marcada por altas temperaturas ao longo do ano, a ausência de água agrava ainda mais a situação, atingindo de forma mais severa crianças, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade. Pág. 4

FORTELECENDO VÍNCULO COM COMUNIDADES

Elson Ramos se destaca por atuação social e reforça imagem de política voltada ao bem comum

Iniciativas em comunidades vulneráveis e presença constante junto à população marcam a atuação do agente político.



Em meio a um cenário político frequentemente marcado por críticas à falta de proximidade com a população, a atuação de Elson Ramos tem ganhado destaque entre moradores e lideranças comunitárias. Pág. 4

EFICIÊNCIA

Com foco em transparência, Sérgio Ricardo fortalece controle dos recursos públicos

Iniciativas fortalecem a fiscalização e contribuem para uma administração pública mais eficiente.

PÁGINA 8

GRANDE DESTAQUES

Irmãs Riva articulam candidaturas e surgem como favoritas em Mato Grosso

Estratégia de dobradinha pode impulsionar votos e consolidar protagonismo nas eleições de 2026



A pré-campanha eleitoral para 2026 em Mato Grosso começa a ganhar forma e já sinaliza possíveis protagonistas de peso na disputa.

PÁGINA 5

SÃO MAIS DE 30.000 MIL EXEMPLARES ENTREGUES GRATUITAMENTE

É O JORNAL CENTRO OESTE POPULAR NAS RUAS.

ANÚNCIO
Apartamento à venda no Edifício Parque Pantanal I

- 3 QUARTOS sendo 2 suítes
- 3 BANHEIROS
- 2 VAGAS DE GARAGEM.

IMÓVEL PRONTO PARA TRANSFERÊNCIA.
VALOR: R\$ 780.000

CONTATO
65 8471-6641

ARTIGO

Direito Previdenciário e Trabalhista nos dias atuais, especialista tira dúvidas e esclarece o que fazer

Nos últimos anos, o Direito Previdenciário e o Direito Trabalhista no Brasil passaram por profundas transformações, exigindo constante atualização por parte de profissionais da área e atenção redobrada por parte dos trabalhadores e empregadores. As mudanças legislativas, somadas às novas dinâmicas do mercado de trabalho, trouxeram desafios e também oportunidades no campo jurídico.

No âmbito do Direito Previdenciário, a principal mudança recente foi a reforma da Previdência, que alterou regras de aposentadoria, tempo de contribuição e cálculo de benefícios. Hoje, o planejamento previdenciário se tornou uma ferramenta essencial. Não se trata apenas de contribuir para o INSS, mas de compreender qual a melhor forma de garantir um benefício mais justo e adequado

no futuro. Muitos trabalhadores ainda desconhecem seus direitos, como aposentadorias especiais, revisões de benefícios e possibilidades de averbação de tempo de serviço.

Além disso, a digitalização dos serviços previdenciários trouxe maior agilidade, mas também novos desafios. O uso de plataformas digitais exige conhecimento técnico para evitar erros que podem atrasar ou até mesmo prejudicar a concessão de benefícios. Nesse cenário, o papel do advogado previdenciário se torna ainda mais relevante, atuando como orientador e defensor dos direitos do segurado.

Já no campo do Direito Trabalhista, as mudanças também foram significativas, especialmente após a reforma trabalhista. Houve flexibilização de normas, novas modalidades de contratação e maior valorização da negociação



entre empregado e empregador. Contudo, essas alterações também geraram insegurança juri-

dica em diversos casos, principalmente no que se refere à interpretação das novas regras pelos

tribunais.

A informalidade e o crescimento do trabalho por aplicativos são outros pontos que merecem destaque. Motoristas, entregadores e profissionais autônomos enfrentam um cenário ainda em construção jurídica, no qual se discute a existência ou não de vínculo empregatício e a garantia de direitos básicos, como férias, 13º salário e contribuição previdenciária.

Outro aspecto importante é a crescente judicialização das relações de trabalho. Questões como assédio moral, jornada de trabalho, horas extras e condições dignas de trabalho continuam sendo temas recorrentes nos tribunais. Isso demonstra que, apesar das reformas, ainda há um longo caminho a ser percorrido para equilibrar as relações entre capital e trabalho.

Diante desse contexto, a informação é a

principal aliada do cidadão. Conhecer direitos e deveres, buscar orientação especializada e manter-se atualizado são atitudes fundamentais para evitar prejuízos e garantir segurança jurídica.

Assim, o Direito Previdenciário e Trabalhista segue como pilares essenciais para a proteção social e a dignidade do trabalhador brasileiro. Mais do que nunca, é necessário um olhar atento, humano e técnico para assegurar que as mudanças legislativas cumpram seu verdadeiro papel: promover justiça e equilíbrio nas relações sociais.

Dra. Renata Camilo Milas

Advogada especialista em Direito Previdenciário e Trabalhista, dividas, nosso escritório e equipe estamos à disposição.

Contato:
65-98101-5777

EDITORIAL

Conscientização em Abril

Abril é um mês que nos convida à reflexão sobre temas fundamentais para a sociedade: o respeito à diversidade e a preservação da vida no ambiente laboral. As cores que marcam este período, azul e verde, simbolizam duas causas de grande relevância: o Abril Azul, dedicado à conscientização sobre o autismo, e o Abril Verde, voltado à saúde e segurança no trabalho.

O Abril Azul surge como um chamado à inclusão e à valorização das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A cor azul, escolhida internacionalmente, representa tranquilidade, sensibilidade e atenção às necessidades específicas de quem

vive com autismo. É um lembrete de que informação e empatia são ferramentas poderosas contra preconceitos e estigmas. Durante este mês, campanhas educativas, palestras e atividades de sensibilização buscam ampliar a compreensão sobre o espectro autista, promovendo um ambiente mais acolhedor e acessível para todos. Mais do que iluminar monumentos ou divulgar símbolos, o Abril Azul nos convida a olhar para a sociedade com olhos atentos às diferenças e à singularidade de cada indivíduo.

Já o Abril Verde chama atenção para a segurança e saúde no trabalho, áreas essenciais para o bem-estar e a preservação da

vida de milhões de brasileiros. Estatísticas sobre acidentes laborais e doenças ocupacionais ainda apontam para desafios significativos, revelando que prevenção e fiscalização são questões que não podem ser negligenciadas. O verde simboliza proteção, cuidado e responsabilidade. Campanhas e ações de conscientização estimulam empresas e trabalhadores a adotarem práticas seguras, respeitando normas regulamentadoras, promovendo treinamentos e reduzindo riscos no ambiente profissional. Mais do que cumprir exigências legais, o Abril Verde reforça que a vida deve estar sempre em primeiro lugar.

Ao combinar essas duas co-

res, azul e verde, o mês de abril se transforma em uma oportunidade única de reflexão sobre valores essenciais: inclusão, cuidado, responsabilidade e solidariedade. O respeito às pessoas com autismo e a promoção de ambientes de trabalho seguros não são apenas obrigações sociais ou legais; são compromissos éticos que demonstram a maturidade de uma sociedade que valoriza a vida e a diversidade.

É também um momento para que governos, empresas, escolas e cidadãos se engajem ativamente. Informar-se sobre o autismo, adotar medidas preventivas no trabalho, dialogar sobre os direitos de todos e incentivar a empatia são ações que fortalecem a convivência coletiva. Pequenas atitudes individuais podem gerar impactos positivos enormes, contribuindo para uma sociedade mais justa e segura.

Portanto, ao longo deste mês, que o azul e o verde sirvam como lembretes constantes. O azul nos chama a compreender, incluir e respeitar; o verde, a cuidar, prevenir e proteger. Que cada um de nós possa refletir sobre como contribuir para que essas cores não fiquem apenas no calendário, mas se traduzam em ações concretas, transformando abril em um período de consciência, responsabilidade e solidariedade.



EXPEDIENTE

CENTRO OESTE
Popular

DIRETOR

MAYKON MILAS

PAUTA

REDACAO.COPOPULAR@GMAIL.COM
ADM.COPOPULAR1@GMAIL.COM

DEPTO. COMERCIAL

(65) 3052-8030 OU 3052-8031

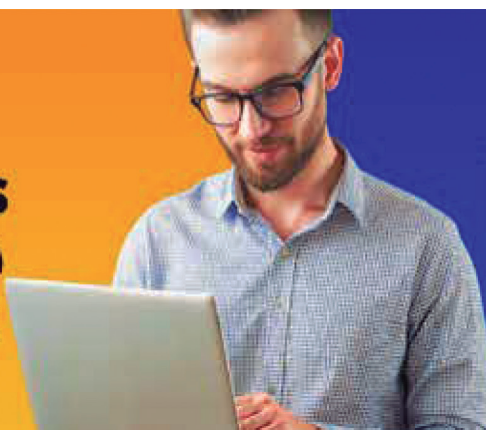
CIRCULAÇÃO

CUIABÁ, VÁRZEA GRANDE E BAIXADA

26
ANOS

OS ARTIGOS DE OPINIÃO ASSINADOS POR COLABORADORES E/OU ARTICULADORES SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE SEUS AUTORES. NÃO REPRESENTAM ASSIM A OPINIÃO DO JORNAL.

CUIABÁ - MT - CEP: 78.048-467 | RUA 1, N° 105, EDIFÍCIO ELDORADO HILL OFFICE, SALA 24 - ALVORADA

UM MILHÃO/MÊS
DE ACESSOSCENTRO OESTE
Popular
ANOS

WWW.COPOPULAR.COM.BR

ROSA NEIDE – EX-DEPUTADA FEDERAL

ANA CAROLINA GUERRA

Paralisações e mudanças em obras de transporte refletem erros de gestão, diz Rosa Neide

TOKO PH



A disputa política em Mato Grosso já começa a ganhar contornos mais definidos rumo às próximas eleições, com articulações intensas tanto no campo majoritário quanto nas composições ao Senado.

Em entrevista, a ex-deputada federal Rosa Neide (PT) avaliou o cenário eleitoral no estado, projetou crescimento do presidente Lula em um reduto historicamente conservador, comentou os bastidores da construção de candidaturas e defendeu a ampliação de alianças dentro do campo progressista.

A petista também abordou temas como investimentos federais, ações na área da saúde e os assuntos envolvendo obras estruturantes, como o VLT e o BRT em Cuiabá.

CENTRO OESTE POPULAR – Em entrevista recente ao Olhar Direto, a senhora afirmou acreditar que o presidente Lula pode ultrapassar 40% dos votos em Mato Grosso, mesmo sabendo que é um estado historicamente considerado bolsonarista. No entanto, uma pesquisa divulgada pela Real Time Big Data, em 24 de março, apontou Flávio Bolsonaro com 46% das intenções de voto e Lula com 30%. Com base em quais dados, análises ou percepções a senhora projeta esse crescimento do presidente Lula no estado?

Rosa Neide – Olha, o partido também trabalha com pesquisas internas, que complementam os levantamentos mais amplos. Acompanhamos esses dados de perto e observa, na prática, os investimentos que estão sendo realizados no estado. Hoje, os 142 municípios de Mato Grosso recebem algum tipo de investimento do governo federal. Com o fim da janela partidária e o início mais efetivo da pré-campanha, abre-se um novo momento político, em que os atores vão às ruas, intensificam o debate e apresentam comparações. E esse confronto de narrativas tende a pesar: de um lado, o que foi o governo anterior; de outro, o atual governo, a forma de gestão, a relação institucional com prefeitos, vereadores e também com o próprio governo do estado, que tem buscado parcerias com a União. Diante desse cenário, a tendência é de melhora na avaliação. Por isso, a projeção de crescimento existe. Na eleição passada, o presidente Lula teve cerca de 35% dos votos no estado, mesmo estando fora do mandato. Agora, como presidente, com a máquina pública em funcionamento, programas ativos e resultados para apresentar, há espaço para avançar. Mesmo com desafios, como a questão dos juros, há indicadores que o governo considera positivos, como o controle da inflação, o aumento do emprego e a melhora na renda.

CENTRO OESTE POPULAR – Estamos acompanhando uma mobilização em torno de dois nomes para a disputa ao Senado. Um deles já aparece mais consolidado, que é o do ex-ministro Carlos Fávaro. Ao mesmo tempo, a federação, junto com o PSD, tem dialogado sobre a composição dessa chapa. Em um primeiro momento, inclusive com a presença do presidente nacional do PT, Edinho Silva, foi sinalizada a possibilidade do ex-governador e ex-senador Pedro Taques em segundo nome. No entanto, surgiram resistências

dentro do próprio PT, como a do deputado Lúdio Cabral e de outros quadros do partido. A senhora chegou a afirmar recentemente que ainda vê espaço para diálogo em torno do nome de Pedro Taques. Diante desse cenário, como está hoje essa construção dentro da federação para viabilizar o nome dele ao Senado?

Rosa Neide – De fato, essa definição ainda não está fechada. A discussão segue em andamento e tem sido tratada com bastante diálogo. Nós temos nos reunido semanalmente para avançar nesse debate. Além disso, estamos ouvindo o senador Carlos Fávaro e sua equipe política, avaliando todos os cenários possíveis. Existe hoje uma compreensão mais consolidada, inclusive em nível nacional, de que o campo ligado ao presidente Lula deve trabalhar com dois nomes ao Senado.

No início, havia a possibilidade de candidaturas mais independentes, mas essa orientação foi sendo ajustada a partir de análises políticas mais amplas. Hoje, praticamente em todo o país, a diretriz é fortalecer duas candidaturas alinhadas ao projeto nacional. Nesse contexto, o ex-senador Pedro Taques, que está no PSB, partido do vice-presidente Geraldo Alckmin, também entra nesse diálogo. Ele tem, inclusive, mantido conversas com o próprio vice-presidente, o que demonstra essa aproximação política. A ideia é não deixar desarticulados aqueles que apoiam esse projeto. Por isso, a construção caminha para a formação de dois nomes competitivos. O ministro Carlos Fávaro é, naturalmente, uma prioridade, por toda a sua trajetória e por já ocupar hoje o mandato de senador. Já o segundo nome ainda está em debate.



CENTRO OESTE POPULAR – Considerando o histórico de rompimento entre essas lideranças, que vem desde o período do governo Pedro Taques, como a senhora avalia a construção do palanque nesse cenário? Há espaço para uma reconciliação entre esses atores visando a campanha? Existe a possibilidade de uma intervenção ou orientação da direção nacional para garantir unidade? E, diante disso, qual tende a ser o caminho: uma composição conjunta ou a manutenção de candidaturas distintas seja pelo PSB ou pelo PT?

Rosa Neide – Olha esse diálogo entre os dois nomes já está acontecendo no campo político. Os próprios candidatos já conversaram, e isso é importante. Política é construída assim, com diálogo direto, com franqueza, inclusive quando existem divergências. Já vimos situações parecidas antes. Dentro do próprio PT houve muita resistência, por exemplo, à escolha do Geraldo Alckmin como vice do presidente Lula. E o presidente Lula, com a experiência que tem, fez uma leitura política mais ampla, destacando o papel institucional, o compromisso com a democracia e a capacidade de construção. Nesse cenário, tanto o ministro Carlos Fávaro quanto o ex-senador Pedro Taques têm colocado pontos que dialogam entre si, especialmente na defesa da democracia, da Constituição e de um projeto nacional. Caso não haja consenso, é natural que outras alternativas surjam dentro desse grupo. A política também

prevê isso: quando não há unidade, abre-se espaço para novos nomes.

CENTRO OESTE POPULAR – Recentemente, o governo federal realizou uma ação com a carreta da saúde em Várzea Grande, enquanto Cuiabá não recebeu a mesma iniciativa. Na avaliação da senhora, essa diferença de articulação pode ter relação com alinhamento político, especialmente pelo fato de a gestão local ser do PT? Houve algum tipo de priorização nesse sentido?

Rosa Neide – Nessa ação, muitas pessoas de Cuiabá atravessaram a ponte para serem atendidas em Várzea Grande, assim como moradores de outras cidades da região. Isso mostra que a carreta não atende gestão, atende a população. O que acontece é que há prefeitos e prefeituras que acolhem a iniciativa, organizam o espaço e dão o suporte necessário. Eu mesma estive na abertura e vi toda a estrutura sendo disponibilizada para garantir o atendimento. O objetivo dessas ações é justamente reduzir filas, especialmente em áreas mais sensíveis, como a saúde da mulher. É uma estratégia para dar agilidade e resolver a demanda reprimida. Temos várias carretas em funcionamento,

com diferentes especialidades, em todo o país. E Cuiabá pode, sim, receber esse atendimento. Basta que haja interesse e articulação por parte da gestão municipal, fazendo o chamamento e oferecendo as condições necessárias. O governo federal não faz distinção. Prova disso são os investimentos que já estão em andamento em Cuiabá, como o Minha Casa, Minha Vida e o Rodoanel. Logo no início do governo, foram destinados cerca de 500 milhões de reais para obras via Ministério dos Transportes. Ou seja, o governo está presente. O que houve, em alguns momentos, foi uma sinalização contrária por parte da gestão municipal, dizendo que não precisava desse apoio. Mas a população precisa, e é isso que deve estar acima de qualquer posicionamento político.

CENTRO OESTE POPULAR – Deputada, ontem o presidente Lula comentou sobre a questão do VLT e do BRT, citando inclusive que andou no VLT da Bahia com vagões que vieram de Mato Grosso, enquanto aqui o BRT ainda não foi concluído. Na fala, ele su-

geriu que decisões sobre obras podem ter sido influenciadas por disputas políticas, classificando isso como irresponsabilidade. Como a senhora avalia essa declaração? Na sua visão, a mudança do VLT para o BRT em Mato Grosso foi uma decisão técnica ou política? E, diante do cenário atual, como a senhora analisa o fato de o estado ainda não ter concluído nenhuma das duas soluções?

Rosa Neide – Costumo brincar que, quando vemos as obras na cidade e os transtornos no trânsito, parece que Cuiabá ainda está na Copa do Mundo de 2014. Já se passaram anos, tivemos outros grandes eventos, e ainda convivemos com os reflexos daquele período. Isso mostra que houve falhas importantes de planejamento. Se o VLT não atendia às expectativas da cidade e existem argumentos sobre o custo elevado e o tamanho da população, então foi um erro planejar e iniciar uma obra dessa magnitude para depois mudar completamente o projeto. Estamos falando de trens importados, adquiridos com recursos federais ainda na época da presidente Dilma. Inclusive, parte desses equipamentos foi destinada à Bahia, e tudo isso envolve dinheiro público federal. É importante deixar claro que muitos dos recursos aplicados ali são federais. Às vezes se cria a ideia de que são investimentos exclusivamente estaduais ou municipais, mas não é bem assim. Por isso, o planejamento precisa vir antes de decisões desse porte. Hoje já existem modais mais modernos e eficientes sendo utilizados em outros países. Cuiabá merece ter um sistema de transporte à altura. Se a obra do VLT foi iniciada, por que não foi concluída? A crítica do presidente Lula vai justamente nesse ponto: a descontinuidade de políticas públicas por motivos que não são técnicos.

O resultado é o que vemos hoje: uma cidade que ficou anos com obras inacabadas, impactos no trânsito e um custo não só financeiro, mas social muito alto para a população. É importante dizer que não se trata de responsabilizar apenas o atual governo. Foram erros acumulados ao longo de diferentes gestões, com decisões equivocadas e participação de diversos atores políticos. No fim, quem perdeu foi Mato Grosso e Cuiabá. Agora, a expectativa é que o BRT seja finalmente concluído e entregue à população, ainda que com muitos anos de atraso. Essa situação reforça uma lição básica: obras públicas precisam ser bem planejadas desde o início, porque, quando isso não acontece, o prejuízo recai diretamente sobre a população.

“É uma construção que está sendo feita com cautela”

SERVIÇOS BÁSICOS | REDAÇÃO

Sem água, com buracos e falta de remédios: população enfrenta dificuldades em Várzea Grande

População cobra soluções urgentes diante de problemas que afetam o dia a dia em diferentes regiões da cidade



A população de Várzea Grande enfrenta uma série de problemas estruturais que têm impactado diretamente a qualidade de vida dos moradores. Falta de água, falhas no sistema de esgoto, ruas deterioradas e dificuldades no acesso à saúde pública compõem um cenário que vem gerando insatisfação crescente e levantando questionamentos sobre a gestão da prefeita Flávia Moretti.

Em diferentes regiões da cidade, a escassez no abastecimento de água tem sido uma das principais queixas da população. Moradores relatam que passam dias sem fornecimento regular, o que compromete atividades básicas como cozinhar, tomar banho e realizar a limpeza doméstica. Em uma cidade marcada por altas temperaturas ao longo do ano, a ausência de água agrava ainda mais a situação, atingindo de forma mais severa crianças, idosos e pessoas em situação de vulnerabili-

dade.

Além da falta de água, o sistema de esgotamento sanitário apresenta falhas consideradas graves por moradores e lideranças comunitárias. Em alguns bairros, o esgoto corre a céu aberto, expondo a população a riscos sanitários e contribuindo para a proliferação de doenças. O mau cheiro constante e o aumento de insetos são problemas recorrentes, evidenciando a precariedade da infraestrutura urbana em determinadas áreas.

Outro ponto crítico é a condição das vias públicas. Ruas e avenidas com buracos têm dificultado o tráfego de veículos e pedestres, além de causar prejuízos materiais a motoristas. Em períodos de chuva, a situação se intensifica, com formação de poças, alagamentos e agravamento dos danos na pavimentação. Moradores afirmam que a falta de manutenção tem sido constante e cobram ações mais efetivas do poder público.



Na área da saúde, também surgem relatos preocupantes. Informações apontam que a UPA de Várzea Grande enfrenta escassez de medicamentos básicos, como a dipirona, amplamente utilizada no atendimento emergencial. A possível falta de insumos essenciais levanta dúvidas sobre a capacidade de atendimento da unidade e aumenta a apreensão entre os usuários do sis-

tema público de saúde.

Diante desse conjunto de problemas, moradores têm manifestado insatisfação com a condução administrativa do município. Entre as principais críticas estão a falta de transparência, a demora na execução de obras e a ausência de respostas concretas às demandas apresentadas pela população. Lideranças comunitárias relatam dificuldade em

estabelecer diálogo com a gestão municipal e cobrar medidas urgentes para reverter o cenário.

A administração da prefeita Flávia Moretti também tem sido alvo de questionamentos quanto ao planejamento urbano e à priorização de investimentos. Para parte da população, os problemas enfrentados refletem não apenas limitações estruturais históricas, mas também falhas na gestão e na definição de políticas públicas eficientes.

Procurada para comentar as denúncias e reclamações, a Prefeitura de Várzea Grande ainda não apresentou, até o momento, um plano detalhado de ações que contemple soluções imediatas e de médio prazo para os problemas relatados. A ausência de posicionamento mais claro tem contribuído para o aumento da insatisfação popular.

Especialistas em gestão pública apontam que situações como essa exigem planejamento integrado, investimentos

contínuos em infraestrutura e políticas públicas voltadas à melhoria dos serviços essenciais. A garantia de acesso à água tratada, saneamento básico, mobilidade urbana e saúde de qualidade é considerada fundamental para assegurar condições dignas de vida à população.

Enquanto isso, moradores seguem enfrentando dificuldades no dia a dia, lidando com a precariedade de serviços que deveriam ser garantidos pelo poder público. A expectativa é de que medidas concretas sejam adotadas para solucionar os problemas e restabelecer a confiança da população na administração municipal.

O cenário atual evidencia a necessidade de ações mais efetivas e coordenadas por parte do poder público. Sem intervenções estruturais e respostas rápidas, problemas básicos continuam a comprometer a rotina de milhares de pessoas e a desafiar a capacidade de gestão da cidade.

FORTALECENDO VÍNCULO COM COMUNIDADES | REDAÇÃO

Elson Ramos se destaca por atuação social e reforça imagem de política voltada ao bem comum

Iniciativas em comunidades vulneráveis e presença constante junto à população marcam a atuação do agente político

Em meio a um cenário político frequentemente marcado por críticas à falta de proximidade com a população, a atuação de Elson Ramos tem ganhado destaque entre moradores e lideranças comunitárias. Com foco em ações sociais, ele vem consolidando uma imagem associada ao compromisso com o bem-estar coletivo.

Nos últimos meses, iniciativas promovidas por Ramos têm alcançado comunidades em situação de vulnerabilidade, levando apoio direto a famílias que enfrentam dificuldades. Entre as ações estão



campanhas solidárias, articulação para acesso a serviços básicos e mobilização de recursos destinados

a atender demandas emergenciais.

A presença constante nos comunidades é um dos pontos

mais mencionados por moradores. Lideranças locais relatam que o trabalho vai além de períodos eleitorais,

sendo marcado pelo contato direto e pela disposição em ouvir as necessidades da população. "Ele está sempre presente, acompanhando de perto e tentando ajudar", afirmou um representante comunitário.

Especialistas em gestão pública avaliam que esse tipo de atuação contribui para fortalecer a confiança nas instituições. A proximidade entre representantes e cidadãos, aliada a ações concretas, tende a criar uma relação mais sólida entre poder público e sociedade.

Apesar do reconhecimento, analistas destacam que o de-

safio está em transformar iniciativas pontuais em políticas públicas estruturadas e de longo prazo. Ainda assim, a atuação de Elson Ramos é vista como um indicativo de que práticas voltadas à responsabilidade social podem influenciar positivamente a percepção da população sobre a política.

O trabalho segue sendo acompanhado tanto por apoiadores quanto por críticos, mas, entre muitos moradores, há a avaliação de que ações desse tipo ajudam a reforçar a importância do compromisso social no exercício da vida pública.

GRANDE DESTAQUES

LUCAS LEITE

Irmãs Riva articulam candidaturas e surgem como favoritas em Mato Grosso

Estratégia de dobradinha pode impulsionar votos e consolidar protagonismo nas eleições de 2026

A pré-campanha eleitoral para 2026 em Mato Grosso começa a ganhar forma e já sinaliza possíveis protagonistas de peso na disputa. Entre os nomes que despontam com força está o das irmãs Janaína Riva e Jéssica Riva, que podem protagonizar uma das articulações políticas mais relevantes do próximo pleito no estado. Com base eleitoral consolidada, histórico político e estratégia conjunta, as duas despontam como potenciais candidatas com alta capacidade de mobilização de votos.

Atualmente deputada estadual em exercício, Janaína Riva construiu, ao longo dos últimos anos, uma trajetória marcada por forte presença nas urnas. Em eleições anteriores, ela figurou entre os nomes mais votados de Mato Grosso, o que a consolidou como uma das principais lideranças políticas do estado. Com atuação constante no Legislativo e presença em diversas regiões, a parlamentar ampliou sua base eleitoral e consolidou alianças que hoje sustentam sua projeção para voos mais altos.

Nesse contexto, Janaína surge como pré-candidata ao Senado Federal em 2026. Seu nome vem sendo citado com frequência nos bastidores políticos e também em levantamentos de intenção de



voto, nos quais aparece em posição competitiva. A possível candidatura ao Senado representa um passo importante em sua carreira, ampliando sua atuação para o cenário nacional e reforçando o protagonismo do grupo político ao qual pertence.

Paralelamente, Jéssica Riva desponta como uma nova força no cenário político estadual. Empresária e integrante de uma família tradicional na política mato-grossense, ela surge como pré-candidata a deputada estadual, apostando na combinação entre renovação e continuidade. Sua entrada na disputa é vista como

estratégica, especialmente por ocorrer em um momento em que o grupo político busca manter e expandir sua presença na Assembleia Legislativa.

Nos bastidores, a candidatura de Jéssica é interpretada como uma forma de preservar o capital político construído ao longo dos anos, ao mesmo tempo em que introduz uma nova liderança ao eleitorado. A expectativa é que ela consiga atrair tanto eleitores já alinhados ao grupo quanto novos apoios, ampliando o alcance da base política familiar.

Um dos pontos centrais dessa movimentação é a chamada

“dobradinha” entre as irmãs. Trata-se de uma estratégia eleitoral bastante comum, na qual candidatos a diferentes cargos atuam de forma coordenada, compartilhando bases eleitorais, agendas e estruturas de campanha. Nesse caso, Janaína concorreria ao Senado enquanto Jéssica disputaria uma vaga na Assembleia Legislativa.

Esse tipo de articulação tende a fortalecer ambas as candidaturas. Ao unificar esforços, as campanhas conseguem ampliar a presença territorial, otimizar recursos e reforçar a identificação junto ao eleitorado. Além disso,

a associação entre nomes conhecidos e novas candidaturas pode contribuir para impulsionar votos, especialmente em regiões onde o grupo já possui influência consolidada.

Movimentos recentes indicam que essa articulação já está em curso, ainda que em fase inicial de pré-campanha. A participação conjunta em agendas, eventos e encontros políticos reforça a conexão entre as duas e sinaliza ao eleitorado a construção de um projeto político integrado. Essa estratégia pode ser determinante para consolidar a presença do grupo nas eleições de 2026.

Apesar do cenário

considerado favorável, o início da pré-campanha também traz desafios importantes. Um dos episódios recentes envolve a atuação da Justiça Eleitoral, que determinou a retirada de conteúdos relacionados à pré-candidatura de Jéssica Riva, sob a justificativa de possível configuração de propaganda eleitoral antecipada. O caso chama atenção para a necessidade de cautela na condução das estratégias de comunicação e mobilização política.

A legislação eleitoral brasileira estabelece regras específicas para o período de pré-campanha, limitando ações que possam ser interpretadas como pedido explícito de voto ou promoção indevida de candidaturas antes do período permitido. Nesse contexto, pré-candidatos precisam equilibrar visibilidade e conformidade legal, evitando desgastes que possam impactar negativamente suas campanhas.

O episódio também evidencia o grau de atenção que a movimentação das irmãs vem despertando no cenário político. Candidaturas com potencial competitivo tendem a ser mais observadas, tanto por adversários quanto por órgãos de fiscalização, o que exige planejamento estratégico e rigor no cumprimento das normas eleitorais.

DE UM MILHÃO DE ACESSOS

www.copopular.com.br

Popular 20 ANOS

SELO INÉDITO

ANA CAROLINA GUERRA

Tribunal de Justiça une forças com imprensa para salvar vidas de mulheres em Mato Grosso

Evento reforça estratégias de combate à violência de gênero no estado

O enfrentamento à violência contra a mulher em Mato Grosso ganhou um novo capítulo com a realização de um encontro institucional voltado ao diálogo entre o sistema de Justiça e a imprensa. Promovido pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso, o evento “Café com a Imprensa – Diálogo e Proteção à Mulher” reuniram autoridades, operadores do Direito e profissionais da comunicação em uma iniciativa que busca não apenas ampliar a conscientização sobre o tema, mas também qualificar a forma como os casos de violência doméstica e familiar são noticiados.

Organizado sob a liderança da desembargadora Maria Erotides Kneip, coordenadora da Cemulher-MT, e com o apoio do presidente do tribunal, desembargador José Zuí Noira, o encontro partiu de um princípio essencial: a informação, quando bem trabalhada, pode salvar vidas. A proposta central foi promover um espaço de escuta, troca e construção conjunta entre o Judiciário e a imprensa, reconhecendo o papel estratégico dos meios de comunicação na prevenção e no enfrentamento da violência contra a mulher.

A programação incluiu a abertura oficial com o lançamento do selo “Imprensa por Elas”, uma iniciativa que pretende reconhecer e incentivar práticas jornalísticas responsáveis na cobertura de casos envolvendo violência de gênero. A proposta do selo é valorizar conteúdos que não apenas informem sobre os crimes, mas que também orientem a população sobre direitos, mecanismos de proteção e caminhos para denúncia, evitando abordagens sensacionalistas ou que reforcem estigmas.

Na sequência, o painel “Violência contra a mulher e o papel da imprensa: impactos e responsabilidades” trouxe reflexões profundas sobre como a narrativa construída em torno desses casos pode in-



fluenciar diretamente a percepção social e até mesmo o desfecho das situações de violência. O debate foi conduzido pelo delegado e pesquisador Marcelo Zago, que apresentou estudos sobre o impacto da divulgação de crimes na dinâmica da violência doméstica.

Durante sua fala, Zago destacou que a forma como a notícia é construída pode tanto contribuir para a conscientização quanto reforçar padrões prejudiciais. Segundo ele, reportagens que expõem detalhes desnecessários, culpabilizam a vítima ou romantizam relações abusivas acabam, ainda que de forma indireta, perpetuando a violência. Por outro lado, uma abordagem responsável pode estimular denúncias, orientar vítimas e fortalecer a rede de proteção.

A desembargadora Maria Erotides Kneip enfatizou que o objetivo do encontro é justamente construir uma nova cultura na comunicação sobre o tema. Para ela, não basta noticiar o fato; é preciso contextualizar, informar direitos e, sobretudo, evitar qualquer narrativa que sugira que a mulher tenha responsabilidade pela violência sofrida. “A mulher é vítima. Não podemos, em hipótese



alguma, construir uma narrativa que a coloque como causadora da agressão”, destacou.

A magistrada também reforçou que a iniciativa busca estabelecer um diálogo permanente com a imprensa. A proposta é que o encontro seja o primeiro de uma série de ações conjuntas, criando um canal contínuo de troca de informações e experiências.

“Precisamos aprender com a imprensa e também contribuir com dados e orientações. É uma construção coletiva”, afirmou.

A juíza Tatiana Lopes de Araújo Borges também destacou a relevância da iniciativa, classificando o momento

como histórico. Segundo ela, a atuação da imprensa é decisiva no enfrentamento à violência doméstica, já que a informação é uma das principais ferramentas de prevenção. Para a magistrada, alinhar a comunicação com as políticas públicas e com o trabalho do Judiciário fortalece toda a rede de proteção.

O encontro ocorre em um contexto preocupante no estado. Dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública revelam que a violência contra a mulher segue como um problema estrutural, com registros expressivos de crimes como ameaça, lesão corporal, perseguição, violência psicológica e descumprimento de medidas protetivas. Entre os números mais alarmantes, destaca-se o crescimento de 66% nos casos relacionados a dano emocional à mulher, evidenciando a complexidade e a profundidade das agressões que vão além da violência física.

Outro dado que chama atenção é o aumento significativo dos registros de perseguição, crime tipificado como stalking, que apresentou alta relevância e demonstra como a violência pode se manifestar de forma contínua e invasiva, afetando a liberdade e a segurança das vítimas. Além disso, crimes como importunação sexual, assédio e

invasão de dispositivos eletrônicos também aparecem com crescimento, refletindo a diversificação das formas de violência na era digital.

Mesmo diante de algumas reduções pontuais em determinados crimes, como lesão corporal e injúria, o cenário geral ainda é de alerta. Os dados mostram que a violência contra a mulher permanece presente em diferentes contextos e exige respostas cada vez mais articuladas entre instituições e sociedade.

No recorte mais grave, os números de feminicídio também reforçam a necessidade de ações contínuas. O estado registrou aumento nos casos, evidenciando que, mesmo com políticas públicas e mecanismos legais como a Lei Maria da Penha, ainda há desafios significativos na proteção das mulheres. A maioria dos crimes ocorre dentro do ambiente doméstico e é praticada por companheiros ou ex-companheiros, o que revela um padrão recorrente de violência íntima.

Esse cenário reforça a importância de iniciativas como o “Café com a Imprensa”, que buscam atuar não apenas na repressão, mas também na prevenção. Ao envolver a imprensa nesse processo, o Judici-

ário reconhece que a comunicação é uma aliada estratégica na construção de uma sociedade mais consciente e menos tolerante à violência de gênero. Durante o evento, também foi destacado o papel das medidas protetivas como instrumento fundamental de proteção. Apesar de amplamente utilizadas, ainda há desafios relacionados ao descumprimento dessas ordens judiciais, o que evidencia a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de fiscalização e resposta rápida por parte das autoridades.

Outro ponto abordado foi a importância de evitar a revitimização das mulheres nos noticiários. A exposição excessiva, o uso de linguagem inadequada e a divulgação de informações sensíveis podem agravar o sofrimento das vítimas e desencorajar outras mulheres a denunciarem situações de violência. Por isso, a construção de uma narrativa ética e responsável foi colocada como um dos principais objetivos do diálogo com a imprensa.

A iniciativa também dialoga com propostas em discussão no estado, como a implementação de mecanismos adicionais de proteção em espaços públicos, a exemplo de botões de pânico em locais considerados vulneráveis. Embora ainda em debate, essas ideias refletem a busca por soluções inovadoras para ampliar a segurança das mulheres. Ao final do encontro, ficou evidente que o combate à violência contra a mulher exige uma atuação integrada e contínua. O Judiciário, por meio de ações como essa, reforça seu compromisso não apenas com a aplicação da lei, mas também com a promoção de uma cultura de respeito, proteção e igualdade.



NÚMEROS ALARMANTES | ANA CAROLINA GUERRA / LUCAS LEITE

Pivetta sanciona lei que proíbe visitas íntimas para condenados por crimes sexuais e feminicídio

Nova lei endurece regras no sistema prisional e mira crimes de alta gravidade

O sistema penitenciário de Mato Grosso passa, a partir de abril de 2026, por uma mudança significativa em suas normas de convivência interna. O governador Otaviano Pivetta sancionou uma lei que proíbe, de forma expressa, a realização de visitas íntimas para presos condenados por crimes de feminicídio, estupro e pedofilia. A medida, que já está em vigor, representa um endurecimento nas regras de execução penal voltadas a crimes considerados de alta gravidade e de forte rejeição social.

A nova legislação, de autoria do deputado estadual Eduardo Botelho, estabelece critérios objetivos para sua aplicação. A restrição atinge exclusivamente detentos com condenação definitiva, ou seja, aqueles cuja sentença já transitou em julgado. Presos provisórios, que ainda aguardam decisão final da Justiça, não são alcançados pela norma.

O objetivo central é impor um tratamento diferenciado a indivíduos que cometeram crimes contra a vida de mulheres e contra a dignidade sexual, especialmente de crianças e adolescentes. A medida surge em um contexto de crescente pressão social por respostas mais rigorosas do poder público diante do avanço da violência doméstica e sexual.

Na prática, a lei altera um dos aspectos mais sensíveis da rotina carcerária. O texto define visita íntima como qualquer encontro realizado em ambiente reservado, sem monitoramento de agentes penitenciários. A partir da sanção, esse tipo de visita passa a ser proibido para os condenados enquadrados nas categorias previstas. Por outro lado, permanece garantido o direito às visitas sociais, realizadas em locais supervisionados e conforme as diretrizes da Lei de Execução Penal, assegurando que o detento não seja completamente privado do contato com familiares.

A decisão do governo estadual também reflete uma mudança de postura institucional, ao priorizar medidas que reforcem a responsabilização por crimes de maior gravidade. Ao restringir um benefício



considerado sensível e de difícil controle, o Estado sinaliza maior rigor na condução do sistema prisional.

Além do impacto simbólico, a nova lei exige adaptações práticas nas unidades prisionais. Será necessária a revisão dos cronogramas de visitas, bem como uma triagem detalhada dos prontuários dos detentos para identificar aqueles que se enquadram na restrição. A aplicação da norma demanda reorganização administrativa para garantir cumprimento imediato em todo o território mato-grossense.

A adoção da medida ocorre em um momento em que os indicadores de violência sexual no estado acendem um alerta. No contexto da campanha Maio Laranja, que mobiliza o país no enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, dados do Poder Judiciário de Mato Grosso apontam um aumento de 21% nos processos por estupro de vulnerável entre 2023 e 2024. Em 2023, foram registrados 1.714 casos, número que saltou para 2.082 em 2024. Apenas nos quatro primeiros meses de 2025, já haviam sido distribuídos 627 novos processos.

As informações, extraídas do Painel Litígio Analítico da área de Ciência de Dados da Corregedoria-Geral da Justiça, evidenciam não apenas o crescimento das ocorrências, mas também a complexidade do fenômeno. Em 2025, as comarcas com maior

volume de processos envolvendo crianças e adolescentes são Cuiabá, com 2.555 registros, seguida por Rondonópolis (1.367), Várzea Grande (1.328), Sinop (1.105) e Primavera do Leste (603). Os dados abrangem diferentes naturezas processuais, como medidas protetivas, atos infracionais e pedidos de proteção, indicando a concentração dos casos em municípios de maior porte populacional.

Outro levantamento, da Vigilância Epidemiológica de Cuiabá, reforça a gravidade do cenário. Informações consolidadas pela Rede Protege mostram que, em 2024, os tipos de violência mais recorrentes na capital incluem estupro de vulnerável, ato infracional análogo ao estupro, corrupção de menores, assé-

dio, exploração sexual, omissão de cuidados e negligência. Um dado especialmente preocupante é que 73,7% das violências sexuais ocorreram dentro do ambiente doméstico, o que evidencia a vulnerabilidade das vítimas em espaços que deveriam ser de proteção.

A maioria das vítimas é composta por meninas adolescentes, e em 46% dos casos a violência foi recorrente, ou seja, ocorreu mais de uma vez. Esse padrão reforça a necessidade de políticas públicas não apenas de repressão, mas também de prevenção, acolhimento e acompanhamento das vítimas.

O tema será destaque no 4º Encontro Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, promovido pelo Poder Judiciário de

Mato Grosso em parceria com o Ministério Público Estadual. O evento será realizado nos dias 29 e 30 de maio, no Tribunal de Justiça, em Cuiabá, e terá como foco central a proteção do público infantojuvenil.

Para o procurador de Justiça Paulo Roberto Jorge do Prado, os dados refletem uma realidade alarmante. Segundo ele, os números não podem ser ignorados e revelam um cenário de violência persistente, muitas vezes dentro do próprio ambiente familiar. O procurador destaca a importância da denúncia como ferramenta essencial para romper o ciclo de abusos e reforça que a proteção da infância é uma responsabilidade coletiva.

Além dos dados estaduais, o Anuário Brasileiro de Segurança Pú-

blica de 2025, com base em informações de 2024, também aponta Mato Grosso como uma das regiões com índices preocupantes de violência sexual. Quatro municípios do estado estão entre os 50 com maiores taxas de estupro e estupro de vulnerável no país.

Sorriso aparece na segunda posição do ranking nacional, com 131,9 casos para cada 100 mil habitantes. Tangará da Serra ocupa o sétimo lugar, com 99,5 casos por 100 mil habitantes, registrando um aumento expressivo de 67,2% nos números absolutos em relação ao ano anterior. Sinop e Cuiabá também figuram na lista, nas posições 20 e 43, respectivamente.

O relatório destaca que o crescimento desses índices não pode ser explicado apenas por fatores tradicionais, como isolamento geográfico ou atividades ilegais. A precariedade urbana e questões estruturais também aparecem como possíveis causas para o aumento da violência sexual.

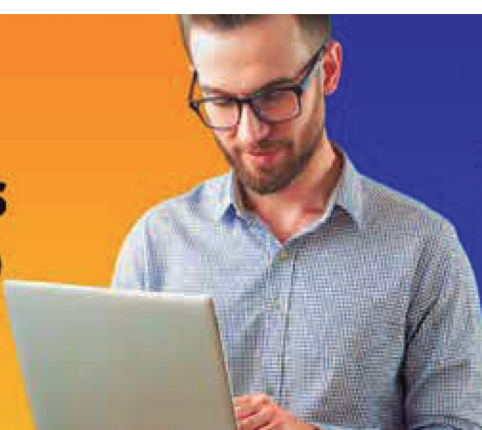
Diante desse cenário, a nova lei sancionada em Mato Grosso se insere em um conjunto mais amplo de ações que buscam responder ao avanço desses crimes. Embora a medida tenha impacto direto apenas no sistema prisional, ela carrega um forte simbolismo ao reforçar a gravidade das condutas praticadas e a necessidade de respostas mais firmes por parte do Estado.

Ao mesmo tempo, especialistas apontam que o enfrentamento da violência exige estratégias integradas, que envolvam educação, prevenção, fortalecimento da rede de proteção e ampliação dos canais de denúncia. A mudança nas regras penitenciárias, nesse contexto, representa apenas uma das frentes de atuação diante de um problema complexo e multifacetado.

Dessa forma, Mato Grosso avança no endurecimento das regras internas do sistema prisional, ao mesmo tempo em que se depara com o desafio de conter o crescimento de crimes que atingem, de forma direta, mulheres, crianças e adolescentes, uma realidade que exige respostas contínuas e coordenadas de toda a sociedade.



UM MILHÃO/MÊS
DE ACESSOS



CENTRO OESTE
Popular
ANOS

WWW.COPOPULAR.COM.BR

EFICIÊNCIA | MAYKOM MILAS

Com foco em transparência, Sérgio Ricardo fortalece controle dos recursos públicos

Iniciativas fortalecem a fiscalização e contribuem para uma administração pública mais eficiente

O presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso, conselheiro Sérgio Ricardo, tem conduzido uma gestão marcada por avanços significativos na modernização administrativa, fortalecimento do controle externo e aproximação com a sociedade. À frente de uma das principais instituições de fiscalização do estado, ele vem imprimindo um ritmo de trabalho que busca não apenas garantir a correta aplicação dos recursos públicos, mas também contribuir para a melhoria da gestão em Mato Grosso.

Desde o início de sua presidência, Sérgio Ricardo tem defendido uma atuação mais pedagógica do Tribunal, sem abrir mão do rigor técnico. Essa abordagem tem como objetivo orientar gestores públicos para evitar erros e irregularidades antes que eles ocorram, promovendo uma cultura de prevenção. Nesse sentido, o Tribunal de Contas de Mato Grosso tem intensificado a realização de cursos, capacitações e encontros técnicos com prefeitos, vereadores e servidores públicos, fortalecendo o papel educativo da instituição.

Um dos pilares da atual gestão é a transparência. Sob o comando de Sérgio Ricardo, o Tribunal tem ampliado o acesso às informações públicas, permitindo que a sociedade acompanhe de forma mais clara e acessível a aplicação dos recursos. Ferramentas

digitais e plataformas online vêm sendo aprimoradas para facilitar a consulta de dados, contribuindo para o fortalecimento do controle social e da participação cidadã.

A modernização tecnológica também ocupa papel central na gestão. O investimento em sistemas mais eficientes tem permitido maior agilidade na análise de processos e no acompanhamento das contas públicas. A digitalização de procedimentos, aliada ao uso de novas tecnologias, tem reduzido a burocracia e aumentado a capacidade de resposta do Tribunal. Com isso, o Tribunal de Contas de Mato Grosso se posiciona como uma instituição alinhada às demandas contemporâneas da administração pública.

Outro aspecto relevante é o fortalecimento da atuação preventiva. Ao orientar gestores e oferecer suporte técnico, o Tribunal contribui para evitar falhas que poderiam resultar em prejuízos ao erário. Essa postura tem sido bem recebida por administrações municipais, que passam a contar com o órgão não apenas como fiscalizador, mas também como parceiro na busca por uma gestão mais eficiente e responsável.

A valorização dos servidores do Tribunal é outro ponto de destaque na gestão de Sérgio Ricardo. Investimentos em capacitação, qualificação profissional e melho-



ria das condições de trabalho têm sido implementados com o objetivo de fortalecer o corpo técnico da instituição. Com equipes mais preparadas e motivadas, o Tribunal amplia sua capacidade de atuação e garante análises mais precisas e qualificadas.

Além disso, a atual gestão tem buscado estreitar o diálogo com outras instituições e órgãos de controle. Parcerias e ações conjuntas têm sido estimuladas para ampliar a efetividade das fiscalizações e promover uma atuação integrada. Essa articulação contribui para o fortalecimento das instituições públicas e para a construção de soluções mais eficientes para os desafios da administração pública.

tração pública.

A aproximação com a sociedade também é uma marca importante da gestão. Por meio de campanhas educativas, eventos institucionais e ações de comunicação, o Tribunal de Contas de Mato Grosso tem buscado tornar seu trabalho mais conhecido e acessível à população. A ideia é reforçar a importância do controle social e incentivar os cidadãos a acompanharem e fiscalizarem a aplicação dos recursos públicos.

Outro ponto que merece destaque é o compromisso com a eficiência e a responsabilidade na gestão pública. Sob a liderança de Sérgio Ricardo, o Tribunal tem atuado de forma firme na identi-

cação de irregularidades, ao mesmo tempo em que oferece caminhos para a correção de problemas. Essa atuação equilibrada contribui para melhorar a qualidade das políticas públicas e garantir que os recursos sejam utilizados de forma adequada.

A gestão também tem dado atenção especial à inovação na área de controle externo. Novas metodologias de auditoria e acompanhamento vêm sendo implementadas, permitindo uma análise mais detalhada e estratégica das contas públicas. Esse avanço fortalece o papel do Tribunal como órgão essencial para a boa governança e para a transparência na administração pública.

Ao longo de sua trajetória à frente do Tribunal de Contas de Mato Grosso, Sérgio Ricardo tem demonstrado compromisso com uma gestão moderna, eficiente e voltada para resultados. Sua atuação tem sido pautada pela busca constante de melhorias, tanto nos processos internos quanto na relação com os jurisdicionados e com a sociedade.

O impacto dessas ações já pode ser percebido na forma como o Tribunal se posiciona no cenário estadual. Mais acessível, transparente e eficiente, a instituição se consolida como um importante instrumento de controle e aprimoramento da gestão pública em Mato Grosso. A atuação firme, aliada a uma postura orientadora, contribui para a construção de um ambiente administrativo mais responsável e comprometido com o interesse público.

Dessa forma, o trabalho desenvolvido pelo presidente Sérgio Ricardo reforça o papel do Tribunal de Contas de Mato Grosso como um órgão essencial para o desenvolvimento do estado. Ao investir em transparência, inovação e diálogo, a atual gestão deixa como legado uma instituição mais preparada para enfrentar os desafios do presente e do futuro, sempre com foco na boa aplicação dos recursos públicos e na melhoria da qualidade de vida da população mato-grossense.

É assim
que o
NOSSO

trabalho
chega até
você.

GARANTIR O FIM DOS LIXÕES E O ACESSO AO SANEAMENTO BÁSICO.

O Tribunal de Contas de Mato Grosso está atuando junto aos municípios, fiscalizando recursos e buscando soluções para garantir o cumprimento do Marco Legal do Saneamento e levar mais qualidade de vida para todos.

Acesse os canais e acompanhe o nosso trabalho.

TCEMatoGrosso

tce
mt